ANÁLISE DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA ACERCA DO DIREITA A APRENDIZAGEM X DIREITO A EDUCAÇÃO NO PARANÁ NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Raquel Aprecida de Camargo (PIBIC/CNPq), e-mail: 21035953@uepg.br, Vera Lucia Martiniak (Orientadora), e-mail: vlmartiniak@uepg.br

Universidade Estadual de Ponta Grossa/Departamento de Educação

Educação. Tópicos Específicos de Educação

Palavras-Chave: *Direito à Aprendizagem, Direito à Educação, escola pública.*

Resumo

Este estudo investiga a produção científica sobre o direito à aprendizagem e à educação nas escolas públicas brasileiras, utilizando uma abordagem bibliográfica e documental. Destaca-se a importância das políticas públicas e da formação continuada dos professores. A pesquisa revela avanços e desafios na implementação desses direitos, sublinhando a necessidade de um investimento contínuo para promover uma educação inclusiva e equitativa.

Introdução

O estudo aborda o direito à aprendizagem e à educação nas escolas públicas brasileiras, fundamentado na Constituição Federal de 1988 e na Política Educacional brasileira. Analisa a produção científica sobre esses direitos, focando na relação entre teoria e prática e na busca por novas perspectivas educacionais. A pesquisa justifica-se pela importância da educação na promoção da inclusão social e na formação humana, considerando as dificuldades enfrentadas devido à insuficiência do ensino recebido. Propõe-se a explorar soluções inovadoras para promover a equidade e a inclusão no sistema educacional.

Materiais e Métodos

A pesquisa é de natureza bibliográfica e documental, utilizando a Análise de Conteúdo para revisar dissertações e teses disponíveis no Portal da Capes. Foram considerados trabalhos produzidos entre 2012 e 2023, com foco em temas relacionados ao direito à aprendizagem e à educação. O levantamento incluiu a leitura, organização e síntese dos dados, resultando na elaboração de um banco de dados com indicadores específicos para análise. O estudo também considerou a influência de políticas públicas na garantia do direito à aprendizagem e à educação.

Resultados e Discussão

As políticas públicas brasileiras desempenham um papel significativo na garantia dos direitos à aprendizagem e à educação. A pesquisa destacou a importância da formação continuada dos professores e a adequação de recursos como pontos de melhoria. Programas como o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada foram mencionados por suas contribuições e limitações, mostrando que há um caminho a ser percorrido para alcançar uma educação mais inclusiva e equitativa.

Conclusão ou Conclusões

A investigação revelou a inter-relação entre o direito à aprendizagem e o direito à educação, ambos necessários para a formação de indivíduos críticos e autônomos. As políticas públicas têm um papel importante na sustentação desses direitos, promovendo uma educação que busca ser mais inclusiva e equitativa. A formação continuada dos professores aparece como um elemento chave para a eficácia dessas políticas, e a pesquisa destacou a necessidade de um investimento contínuo na educação.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de expressar minha profunda gratidão à minha orientadora, Prof. Vera Lucia Martiniaki, cuja expertise e orientação foram essenciais para a realização desta pesquisa. Agradeço também ao CNPq pelo suporte financeiro indispensável, proporcionado pela bolsa que possibilitou o desenvolvimento deste projeto. Minha satisfação com a UEPG, instituição que abriga minha formação acadêmica e promove iniciativas como o PIBIC, que nos integra ao universo da Pesquisa, não pode ser subestimada.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 5 out. 1988. Atualizada até EC n° 116/2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/atividadelegislativa/legislacao/constituicao1988. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 mar. 2024.

BRASIL. Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes Gerais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 129, p. 22-23, 05 jul. 2012.

ISSN 1676-0093